

# A ética da crença\*

W. K. Clifford

[Nota] \* *Contemporary Review*, Janeiro de 1877.

## 1. O dever de investigar

Um armador preparava-se para enviar para o mar um navio com emigrantes. Sabia que o navio estava velho e tinha defeitos de construção; que conhecera já muitos mares e climas e teve de ser reparado muito mais de uma vez. Alguém sugeriu ao armador que o navio talvez não estivesse em condições de navegar. Estas dúvidas pesavam-lhe na consciência e deixavam-no infeliz; pensou que talvez devesse mandar inspeccionar e renovar completamente o navio, embora isto provavelmente ficasse bastante caro. Antes de o navio zarpar, contudo, o armador conseguiu deixar para trás estes pensamentos melancólicos. Disse para consigo que o navio enfrentara com êxito tantas viagens e resistira a tantas tempestades que não havia razão para supor que não regressaria ileso também desta viagem. O armador confiaria na providência, que seguramente não deixaria de proteger todas aquelas infelizes famílias que abandonavam a pátria em busca de uma vida melhor alhures. Silenciaria todas as dúvidas mesquinhas acerca da honestidade dos construtores e dos empreiteiros. Assim, alcançou uma certeza sincera e confortável de que o seu navio era completamente seguro e estava em condições de navegar; viu-o partir com despreocupação e desejos caridosos de que os exilados fossem bem-sucedidos no novo e estranho lar que os esperava; e recebeu o dinheiro do seguro quando o navio se afundou em pleno mar sem deixar rasto.

O que diremos do armador? Seguramente, que é muitíssimo culpado pela morte daqueles homens. Admitindo-se que acreditava sinceramente no bom estado do seu navio, a sinceridade da sua convicção, porém, não lhe pode valer de maneira alguma, porque *não tinha o direito de acreditar com base nos indícios de que dispunha*. Não adquiriu a sua crença por mérito honesto, através da investigação paciente, mas silenciando as suas dúvidas. E embora no final a sua certeza sobre o assunto fosse porventura tão grande que não era capaz de pensar de outra maneira, temos de o considerar responsável pelo sucedido, na medida em que se colocou deliberada e voluntariamente naquele estado de espírito.

Alteremos um pouco a história e suponhamos que o navio não estava, afinal, em mau estado; suponhamos que fez a viagem em segurança, e muitas outras viagens após aquela. Será que isso diminui a culpa do seu proprietário? Nem um pouco. Quando se pratica uma acção uma vez, esta é correcta ou incorrecta para sempre; nenhuma falha accidental das suas boas ou más consequências pode alterar isso. O homem não seria inocente; apenas não teria sido descoberto. A questão do correcto e do incorrecto tem a ver com a origem da crença do armador, e não com o seu conteúdo; não é a crença que conta, mas o modo como a adoptou;

não se trata de a crença ser afinal verdadeira ou falsa, mas de o armador ter ou não o direito a acreditar com base nos indícios de que dispunha.

Era uma vez uma ilha onde alguns dos habitantes seguiam uma religião que não pregava a doutrina do pecado original nem a doutrina do castigo eterno. Espalhou-se a suspeita de que os seguidores desta religião se tinham servido de meios desonestos para ensinar as suas doutrinas às crianças. Acusaram-nos de violar as leis do país de maneira a afastar as crianças da vigilância de quem tinha a sua custódia natural e legal; e até de as roubar e manter escondidas dos amigos e familiares. Algumas pessoas formaram uma associação com o objectivo de provocar a agitação do público a respeito deste assunto. Publicaram acusações graves contra cidadãos individuais do mais elevado estatuto e reputação, e fizeram tudo o que estava em seu poder para lesar estes cidadãos no exercício das suas profissões. Fizeram tamanho barulho que foi nomeada uma comissão para investigar os factos; mas após a comissão ter averiguado cuidadosamente todos os indícios que se podia obter, parecia que os acusados estavam inocentes. Não só foram acusados com base em indícios insuficientes, como os indícios da sua inocência eram tais que os agitadores os podiam ter facilmente obtido, se tivessem procurado fazer uma investigação imparcial. Após estas revelações, os habitantes daquele país passaram a encarar os membros da associação agitadora não só como pessoas em cujo discernimento não se devia confiar, mas também como indivíduos que não mais podiam considerar honestos. Pois embora acreditassem sincera e diligentemente nas acusações que fizeram, *não tinham todavia o direito de acreditar com base nos indícios de que dispunham*. As suas convicções sinceras, em vez de merecidas pela investigação paciente, foram roubadas, dando ouvidos à voz do preconceito e da paixão.

Introduzamos uma variação também neste caso e suponhamos, deixando o resto na mesma, que uma investigação ainda mais meticulosa provava que os acusados eram realmente culpados. Faria isto diferença alguma para a culpa dos acusadores? Evidentemente que não; a questão não é a de a sua crença ser ou não verdadeira, mas a de a terem ou não sustentado sem razões adequadas. Sem dúvida diriam: «Agora vêem que afinal de contas tínhamos razão; talvez para a próxima acreditem em nós.» E talvez acreditassem neles, mas não se tornariam homens honestos por causa disso. Não estariam inocentes, apenas não teriam sido descobertos. Se cada um deles, sem excepção, decidisse examinar-se *in foro conscientiae*, saberia que tinha adquirido e acalentado uma crença, quando não tinha o direito de acreditar com base nos indícios de que dispunha; e assim saberia ter feito uma coisa incorrecta.

Dir-se-á, todavia, que em ambos estes casos hipotéticos não se considera errada a crença mas a acção que dela decorre. O armador pode afirmar: «Tenho a absoluta certeza de que o meu navio está em bom estado, mas ainda assim sinto que é meu dever mandar examiná-lo, antes de lhe confiar as vidas de tanta gente.» E poder-se-ia dizer ao agitador: «Por muito convencido que estejas da justeza da tua causa e da verdade das tuas convicções, não devias ter atacado publicamente o carácter de uma pessoa antes de teres examinado os indícios de ambos os lados com a máxima paciência e cuidado.»

Em primeiro lugar, admitamos que, no que diz respeito ao nosso assunto, esta perspectiva é correcta e necessária; correcta, porque mesmo quando um homem tem uma crença tão firme que o torna incapaz de pensar de outra maneira, continua a ter escolha relativamente à acção que a crença lhe sugere e portanto não pode escapar ao dever de investigar o fundamento da força das suas convicções; e necessária, porque aqueles que não são ainda capazes de controlar os seus sentimentos e pensamentos precisam de uma regra clara para lidar com actos inequívocos.

Mas tendo-a formulado como necessária, torna-se claro que não é suficiente, e que é preciso complementá-la com o nosso juízo anterior. Pois não é possível separar assim a crença da acção que aquela sugere, de maneira a condenar uma mas não a outra. Ninguém que sustente uma crença forte sobre um dos lados de uma questão, ou mesmo deseje sustentar uma crença sobre um desses lados, pode investigá-la com a mesma imparcialidade e meticulosidade que teria se realmente duvidasse e fosse isento; pelo que a existência de uma crença que não é sustentada por uma investigação imparcial torna um homem inapto para a realização deste dever necessário.

Tão-pouco é uma crença aquilo que não influencia de modo algum as acções de quem o sustenta. Quem verdadeiramente acredita naquilo que o encoraja a realizar uma acção contemplou já a acção com um desejo intenso, já a realizou no seu coração. Se uma crença não se realiza imediatamente em acções inequívocas, é reservada para orientação no futuro. Passa a fazer parte daquele agregado de crenças que é o elo entre a sensação e a acção em cada momento de todas as nossas vidas, e que está de tal maneira organizado e compactado que nenhuma parte deste se pode isolar do resto, cada novo acrescento modificando a estrutura do todo. Nenhuma crença genuína, por mais superficial e fragmentária, é, em circunstância alguma, realmente insignificante; prepara-nos para receber mais crenças semelhantes, confirma as crenças semelhantes anteriores, e enfraquece outras; e assim, gradualmente, estabelece um fio condutor implícito nos nossos pensamentos mais íntimos, que pode um dia manifestar-se em acções inequívocas e deixar a sua marca no nosso carácter para sempre.

Em circunstância alguma a crença de um homem é um assunto privado, que apenas diga respeito ao próprio. As nossas vidas guiam-se por essa concepção geral da ordem das coisas que a sociedade criou para fins sociais. As nossas palavras, as nossas expressões, as nossas formas, processos e modos de pensamento, são propriedade comum, modificados e aperfeiçoados de época para época; um legado que cada geração sucessiva herda como um depósito precioso e uma doação sagrada a transmitir à geração seguinte, não sem modificações, mas alargado e depurado, com algumas marcas distintas do seu engenho específico. Nisto, para o bem e para o mal, se entretete cada crença de cada homem que partilha a língua dos seus semelhantes. É um terrível privilégio e uma terrível responsabilidade, ajudarmos a criar o mundo no qual viverão as gerações do futuro.

Nos dois casos hipotéticos que temos vindo a ponderar, considerou-se incorrecto acreditar com base em indícios insuficientes, ou acalentar crenças suprimindo as dúvidas e evitando a investigação. A razão deste juízo não é difícil de ver: é que em ambos os casos a crença sustentada por um homem era de grande importância para outros homens. Mas na

medida em que nenhuma crença sustentada por um homem, por muito trivial que a crença pareça e por muito obscuro que seja o crente, é na realidade insignificante ou desprovida de consequências para o destino da humanidade, não temos escolha senão alargar o nosso juízo a todos e quaisquer casos de crença. A crença, essa faculdade sagrada que impulsiona as decisões da nossa vontade e une num funcionamento harmonioso todas as energias compactas do nosso ser, pertence-nos não para nosso usufruto, mas para a humanidade. É correctamente usada em verdades que foram estabelecidas pela longa experiência e pelo trabalho persistente, que enfrentaram a luz intensa do questionamento livre e intrépido. Além disso, ajuda a unir os homens, a fortalecer e orientar a sua acção comum. Profana-se a crença ao concedê-la a afirmações improvadas e inquestionadas, para consolo e prazer privado do crente; para acrescentar um falso esplendor à estrada simples e directa da nossa vida e exhibir para além dela uma miragem radiosa; ou mesmo para afogar as angústias comuns da nossa espécie através de um auto-engano que lhes permite não só deprimir-nos como rebaixar-nos. Quem desejar bem aos seus semelhantes nesta matéria guardará a pureza da sua crença com o fanatismo próprio de um zelo ciumento, para que a dada altura não recaia sobre um objecto indigno, ganhando uma mancha que jamais se poderá remover.

Não é só o líder de homens, o estadista, o filósofo, ou o poeta, que tem este dever moral perante a humanidade. Cada campónio que debita na taberna da aldeia as suas frases lentas e esporádicas pode ajudar a matar ou a manter vivas as superstições fatais que toldam o seu género. Cada diligente esposa de artesão pode transmitir aos filhos crenças que manterão a sociedade coesa ou a farão em pedaços. Nenhuma ingenuidade, nenhuma obscuridade de estatuto, podem escapar ao dever universal de questionar tudo aquilo em que acreditamos.

É verdade que este dever é difícil e a dúvida que dele nasce é muitas vezes amarga. Deixa-nos desprotegidos e impotentes quando nos julgávamos seguros e fortes. Saber tudo acerca de qualquer coisa é saber como lidar com isso em todas as circunstâncias. Sentimo-nos muito mais felizes e seguros quando julgamos saber exactamente o que fazer, independentemente do que acontece, do que quando nos perdemos e não sabemos por onde ir. E se pensávamos saber tudo acerca de alguma coisa e nos julgávamos capazes de agir adequadamente a esse respeito, é natural que não nos agrada descobrir que na verdade somos ignorantes e impotentes, que temos de voltar mais uma vez ao início e daí partir, tentar aprender o que a coisa é e como se deve lidar com ela — se é que na verdade podemos conhecer algo acerca disso. É o sentido do poder ligado a um sentido do conhecimento que deixa os homens desejosos de acreditar e receosos de duvidar.

Este sentido do poder é o mais elevado e o melhor dos prazeres, quando a crença em que se funda é verdadeira e foi honestamente alcançada pela investigação. Pois então podemos sentir com justiça que é propriedade comum e se aplica aos outros bem como a nós mesmos. Então podemos alegrar-nos, não porque *eu* tenha aprendido segredos que me dão maior segurança e força, mas porque *nós, homens*, ganhámos domínio sobre uma maior porção do mundo; e seremos fortes, não por nós próprios, mas em nome do Homem e da sua força. Mas se a crença foi aceite com base em indícios insuficientes, é um prazer roubado.

Não só nos engana ao dar-nos um sentido do poder que efectivamente não temos, como é pecaminoso, porque é roubado em desprezo pelo nosso dever perante a humanidade. Esse dever consiste em precaver-nos de tais crenças como de uma epidemia, que pode em pouco tempo tomar conta do nosso próprio corpo e então propagar-se para o resto da cidade. O que se pensaria daquele que, por causa de um fruto doce, corresse deliberadamente o risco de trazer uma epidemia à sua família e aos seus vizinhos?

E, como acontece noutros casos, não é apenas o risco o que se tem de considerar; pois uma má acção é sempre má no momento em que é praticada, independentemente do que aconteça depois. Sempre que nos permitimos acreditar por razões indignas, enfraquecemos os nossos poderes de autocontrolo, de dúvida, de avaliação imparcial e honesta dos indícios. Todos sofremos gravemente com a sustentação de crenças falsas e as acções fatalmente incorrectas a que conduzem, e o mal que decorre de se sustentar tal crença é grande e vasto. Mas surge um mal maior e mais vasto quando o temperamento crédulo é mantido e apoiado, quando se acalenta e perpetua o hábito de acreditar por razões indignas. Se roubo dinheiro a uma pessoa qualquer, talvez não resulte um grande mal da mera transferência de posse; ela pode não sentir a perda, ou talvez isto a impeça de dar mau uso ao dinheiro. Mas não deixo de fazer este grande mal à humanidade: o de me tornar desonesto. O que lesa a sociedade não é a perda da propriedade mas o de se tornar um covil de ladrões; pois então deixará forçosamente de ser uma sociedade. Por esta razão não devemos fazer um mal para que dele resulte um bem; pois em todo o caso daí resulta este grande mal: que fiz um mal e que por isso me tornei malvado. De igual modo, se me permito acreditar seja no que for com indícios insuficientes, da mera crença pode não resultar grande mal; pode afinal ser verdadeira, ou posso nunca ter ocasião de a manifestar em acções públicas. Mas não deixo de cometer este grande mal contra o Homem: o de me tornar crédulo. O perigo para a sociedade não é meramente o de acreditar em coisas erradas, embora isso seja suficientemente mau; mas o de se tornar crédula e perder o hábito de testar as coisas e de as investigar; pois então reincidirá forçosamente na selvajaria.

O mal que a credulidade faz num homem não se limita à estimulação de um carácter crédulo nos outros e à decorrente defesa de crenças falsas. O hábito de ser descuidado com aquilo em que acredito leva os outros a serem por hábito descuidados com a verdade daquilo que me é dito. Os homens dizem a verdade uns aos outros quando cada um respeita a verdade na sua própria mente e na mente do outro; mas como poderá o meu amigo respeitar a verdade na minha mente quando eu próprio sou descuidado com ela, quando acredito em coisas porque quero acreditar nelas, porque são reconfortantes e agradáveis? Não aprenderá ele a exclamar «paz», na minha presença, quando não há qualquer paz? Adoptando tal caminho, envolver-me-ei numa atmosfera carregada de falsidade e fraude e aí tenho de viver. Talvez seja de pouca importância para mim, no meu castelo nas nuvens, feito de doces ilusões e mentiras queridas; mas para a humanidade é de enorme importância que eu tenha preparado os meus vizinhos para enganarem. O homem crédulo é o pai do mentiroso e do batoteiro; vive no seio da sua família, e não é de admirar que fique igualzinho a eles. Tão

intimamente unidos estão os nossos deveres que quem observa a lei em geral e no entanto a transgride num ponto particular, é culpado de tudo.

Resumindo: é sempre incorrecto, em todo o lado, para qualquer pessoa, acreditar seja no que for com base em indícios insuficientes.

Se um homem, ao manter uma crença que lhe foi ensinada em criança ou da qual o persuadiram mais tarde, reprime e afasta quaisquer dúvidas que lhe surgem na mente a esse respeito, evita intencionalmente a leitura de livros e a companhia de homens que questionam ou discutem essa crença, e considera ímpias as perguntas que não se pode colocar facilmente sem a perturbar — a vida desse homem é um enorme pecado contra a humanidade.

Se este juízo parece severo quando aplicado àquelas almas simples que nunca conheceram outra coisa, que desde o berço foram educadas no horror à dúvida, a quem ensinaram que o seu bem-estar eterno depende *daquilo em que acreditam*, então leva-nos à questão muito grave: *Quem fez Israel pecar?*

Talvez se me permita reforçar este juízo com o veredicto de Milton:<sup>1</sup>

[Nota] <sup>1</sup> *Areopagítica*.

«Um homem pode ser um herético na verdade; e se acredita nas coisas apenas porque o seu pastor o afirma, ou a assembleia assim o determina, sem conhecer outra razão, embora a sua crença seja verdadeira, a própria verdade que sustenta torna-se a sua heresia.»

E com este famoso aforismo de Coleridge:<sup>2</sup>

[Nota] <sup>2</sup> *Aids to Reflection*.

«Quem começa por amar mais o cristianismo do que a verdade, começará a amar mais a sua própria seita ou igreja do que o cristianismo, e acabará por se amar a si próprio mais do que a tudo.»

A investigação dos indícios respeitantes a uma doutrina não se faz de uma vez por todas para então se assumir como definitivamente resolvida. Nunca é legítimo silenciar uma dúvida; pois que ou se lhe pode responder honestamente através da investigação já feita, ou então a dúvida é a prova de que a investigação não está completa.

«Mas», dir-se-á, «sou um homem ocupado; não tenho tempo para os demorados estudos que seriam necessários para me dar alguma competência para avaliar certas questões, ou mesmo para me tornar capaz de compreender a natureza dos argumentos.» Nesse caso, não deveria ter tempo para acreditar.

## II. O peso da autoridade

Teremos então de nos tornar cépticos universais, duvidando de tudo, sempre receosos de pôr um pé à frente do outro antes de termos testado pessoalmente a solidez do pavimento? Teremos de nos privar da ajuda e orientação daquele vasto corpo de conhecimento que cresce diariamente em todo o mundo, porque nem nós nem qualquer outra pessoa pode em circunstância alguma testar a centésima parte desse conhecimento por experiência imediata ou por observação, e porque não estaria completamente provado se o fizéssemos? Roubaremos e pregaremos mentiras por não termos tido uma experiência pessoal suficientemente vasta para justificar a crença de que é incorrecto fazê-lo?

Não há qualquer perigo prático de que tais consequências alguma vez decorram do cuidado escrupuloso e do autocontrolo em matéria de crença. Aqueles homens que mais se aproximaram de cumprir o seu dever a este respeito consideraram que certos princípios muito importantes, sendo estes os mais apropriados para a orientação da vida, se destacaram cada vez mais nitidamente em proporção ao cuidado e honestidade com que foram testados, e adquiriram assim uma certeza prática. As crenças acerca do que é correcto ou incorrecto, que orientam as nossas acções no comportamento de uns com os outros em sociedade, e as crenças acerca da natureza física que orientam as nossas acções ao lidar com corpos animados e inanimados, nunca são prejudicadas pela investigação; estas sabem tomar conta de si próprias, sem serem sustentadas com «actos de fé», com o alarido de apologistas remunerados ou com a supressão de indícios contrários. Além disso, há muitos casos em que temos o dever de agir com base em probabilidades, embora os indícios não sejam tais que justifiquem a crença em causa; porque é precisamente por tal acção e pela observação dos seus resultados que se obtém indícios que podem justificar a crença futura. Pelo que não temos qualquer razão para temer que um hábito de investigação escrupulosa paralise as acções da nossa vida quotidiana.

Mas porque não basta afirmar «É incorrecto acreditar com base em indícios indignos» sem explicar também que indícios são dignos, passamos agora a investigar as circunstâncias em que é legítimo acreditar com base no testemunho de outros; e depois, além disso, investigaremos mais em geral quando e por que razão podemos acreditar naquilo que ultrapassa a nossa experiência, ou mesmo a experiência da humanidade.

Assim, perguntemos, antes de mais, em que casos o testemunho de um homem não é digno de crédito. Este pode afirmar o que é contrário à verdade, sabendo-o ou não. No primeiro caso, mente, e o seu carácter moral é culpável; no segundo, é ignorante ou está equivocado, e apenas o seu conhecimento ou discernimento estão em falta. De maneira a podermos ter o direito de aceitar o seu testemunho como base para acreditar no que afirma, precisamos de uma justificação razoável para confiar na sua *veracidade*: que ele procura realmente dizer a verdade na medida em que a conhece; no seu *conhecimento*: que teve oportunidade de conhecer a verdade acerca deste assunto; e no seu *discernimento*: que fez um uso apropriado dessas oportunidades ao chegar à conclusão que anuncia.

Por muito simples e óbvias que sejam estas razões, de modo que nenhum homem de inteligência mediana, ao reflectir no assunto, pode deixar de as alcançar, é ainda assim verdade que um grande número de pessoas tem por hábito desconsiderá-las ao avaliar um testemunho. Das duas questões, igualmente importantes para a credibilidade da testemunha, «É desonesto?» e «Pode estar enganada?», os membros da humanidade na sua maioria ficam perfeitamente satisfeitos se a *uma delas* se pode, com alguma probabilidade, responder pela negativa. O excelente carácter moral de um homem é apresentado como justificação para aceitar as suas declarações acerca de coisas que não pode de maneira alguma conhecer. Um maometano, por exemplo, dir-nos-á que o carácter do seu Profeta era tão nobre e majestoso que impõe a reverência mesmo àqueles que não acreditam na sua missão. Tão admirável foi o seu ensinamento moral, tão sabiamente edificada a máquina social que criou, que não só uma grande parcela da humanidade aceitou os seus preceitos, como lhes tem efectivamente obedecido. As suas instituições, por outro lado, fizeram o negro sair da selvajaria e por outro lado ensinaram a civilização ao Ocidente em desenvolvimento; e embora os povos que detinham as formas mais elevadas da sua fé, e que mais plenamente davam corpo aos seus ideais e pensamento, tenham todas sido conquistados e dizimados por tribos bárbaras, a história dos seus feitos maravilhosos continua sendo uma glória imperecível para o Islão. Poderemos duvidar da palavra de um homem tão grandioso e tão bom? Poderemos supor que este magnífico génio, este esplêndido herói moral, nos mentiu acerca das matérias mais solenes e sagradas? O testemunho de Maomé é claro, que não há senão um Deus, e que ele, Maomé, é o seu Profeta; que se acreditarmos nele gozaremos da felicidade perpétua, mas que se não acreditarmos, seremos condenados. Este testemunho assenta no mais terrível dos alicerces, a revelação dos próprios céus; pois não foi ele visitado pelo anjo Gabriel, enquanto jejuava e rezava na sua gruta no deserto, tendo-lhe sido permitida a entrada nos campos abençoados do Paraíso? Seguramente que Deus é Deus e Maomé é o Profeta de Deus.

O que deveríamos responder a este muçulmano? Em primeiro lugar, sem dúvida, talvez nos sintamos tentados a protestar contra a sua perspectiva do carácter do Profeta e da influência uniformemente benigna do Islão: antes de o acompanharmos completamente nestes assuntos, parece que talvez tivéssemos de esquecer muitas coisas terríveis de que ouvimos falar ou que lemos. Mas se decidimos conceder-lhe estes pressupostos, para fins de argumentação, e porque é difícil tanto para o fiel como para os infieis discuti-los imparcial e desapaixonadamente, ainda assim teríamos algo a dizer que lhe retira a base da sua crença e portanto mostra que é incorrecto sustentá-la. Nomeadamente, o seguinte: o carácter de Maomé é um excelente indício de que era honesto e dizia a verdade tanto quanto a sabia; mas não é indício, de todo em todo, que soubesse o que era a verdade. Que meios teria de saber que a forma que lhe pareceu o anjo Gabriel não era uma alucinação e que a sua aparente visita ao Paraíso não foi um sonho? Conceda-se que ele próprio estava plenamente persuadido e acreditava honestamente que tinha a orientação dos céus e era o veículo de uma revelação sobrenatural, como podia saber que esta forte convicção não era um equívoco? Coloquemo-nos no seu lugar; veremos que quanto mais nos esforçarmos por compreender plenamente o que lhe passava pela mente, mais claramente veremos que o Profeta não podia

ter qualquer sustentação adequada para a crença na sua própria inspiração. É muitíssimo provável que ele próprio nunca tenha duvidado do assunto, ou sequer pensasse em colocar a questão; mas nós falamos do ponto de vista daqueles a quem foi colocada a pergunta e que têm de lhe dar uma resposta. É do conhecimento dos observadores médicos que a solidão e a carência alimentar são meios poderosos de produzir a delusão\* e de fomentar uma tendência para a doença mental. Suponhamos então que, como Maomé, vou para lugares desertos jejuar e rezar; que coisas me podem acontecer que me darão o direito de acreditar que recebi a inspiração divina? Suponhamos que recebo informação, aparentemente de um visitante celestial, que ao ser testada se considera correcta. Não posso ter a certeza, em primeiro lugar, de que o visitante celestial não é um produto da minha própria imaginação e que a informação não me chegou, sem que na altura tivesse consciência disso, através de um qualquer meio sensorial subtil. Mas se o meu visitante era um visitante real e durante muito tempo me deu informação que se concluiu ser fidedigna, isto constituiria de facto uma justificação para confiar nele futuramente, no que diz respeito a assuntos que entram no âmbito da capacidade humana de verificação; mas não seria justificação para confiar no seu testemunho em quaisquer outros assuntos. Pois embora o seu carácter comprovado me desse justificação para acreditar que dizia a verdade tanto quanto a sabia, colocar-se-ia a mesma questão: que justificação há para supor que ele sabe?

[Nota] \* É preciso não confundir ilusão com delusão. Enquanto a ilusão tem como resultado uma crença ou conjunto de crenças do indivíduo, não pondo em causa a sua compreensão global da realidade, a delusão é um estado mental em que a compreensão da realidade pelo indivíduo está inteiramente comprometida. Um bom exemplo de ilusão é pensar que estamos a ver uma pessoa ao longe quando na verdade é uma árvore; um bom exemplo de delusão é o fanatismo político que pode alterar totalmente a compreensão da realidade. (*N. do T.*)

Mesmo que o meu hipotético visitante me tivesse dado tal informação, subsequentemente verificada por mim, probatória de que dispunha de meios de conhecimento, acerca de assuntos verificáveis, muitíssimo superiores aos meus, isto não me daria justificação para acreditar no que ele afirmava acerca de assuntos que de momento não são susceptíveis de verificação pelo homem. Daria suporte a uma conjectura interessante e à esperança de que, em resultado da nossa investigação paciente, pudéssemos eventualmente conseguir tais meios de verificação, que justificadamente transformariam a conjectura em crença. Pois a crença pertence ao homem e à orientação dos assuntos humanos: nenhuma crença é real a menos que oriente as nossas acções, e essas mesmas acções fornecem um teste da sua verdade.

Mas, replicar-se-á, a aceitação do Islão como um sistema é precisamente a acção que é encorajada pela crença na missão do Profeta, e que servirá para um teste da sua verdade. Será possível acreditar que um sistema que prosperou tanto está realmente fundado numa delusão? Não só os santos individuais encontraram alegria e paz na crença, e verificaram essas experiências espirituais que são prometidas aos fiéis, como também se ergueu nações

da selvajaria e do barbarismo até um estado social mais elevado. Seguramente podemos afirmar que se agiu com base na crença e que foi verificada.

Não se exige, todavia, senão alguma ponderação para mostrar que aquilo que realmente se verificou não é de todo em todo o carácter celestial da missão do Profeta, ou a fidedignidade da sua autoridade em assuntos que nós próprios não temos como testar, mas apenas a sua sabedoria prática em certas coisas bastante mundanas. O facto de que os crentes encontraram alegria e paz na crença dá-nos o direito de afirmar que a doutrina é confortável, agradável à alma; mas não nos dá o direito de afirmar que é verdadeira. E a questão que a nossa consciência levanta sempre acerca daquilo em que nos sentimos tentados a acreditar não é «Será confortável e agradável?», mas «Será verdadeira?». Que o Profeta pregou determinadas doutrinas e previu que nelas se encontraria o conforto espiritual, prova apenas a sua compaixão pela natureza humana e o seu conhecimento da mesma; mas não prova o seu conhecimento sobre-humano da teologia

E se admitimos para fins de argumentação (pois parece que mais não podemos fazer) que o progresso feito pelas nações muçulmanas em certos casos se deve realmente ao sistema formado e lançado no mundo por Maomé, não nos é permitido concluir a partir daqui que ele foi inspirado a declarar a verdade acerca de coisas que não podemos verificar. Só nos é permitido inferir a excelência dos seus preceitos morais, ou dos meios que concebeu para levar os homens a obedecer-lhes, ou da maquinaria social e política que estabeleceu. E seria preciso examinar muito cuidadosamente a história destas nações para determinar quais destas coisas influenciaram mais o resultado. Pelo que, mais uma vez, é o conhecimento do Profeta acerca da natureza humana e a sua compaixão pela mesma que se verificam; e não a sua inspiração divina ou o seu conhecimento da teologia.

Se houvesse apenas um Profeta, com efeito, podia muito bem parecer uma tarefa difícil e mesmo desagradável decidir os aspectos com base nos quais confiaríamos nele e os aspectos com base nos quais duvidaríamos da sua autoridade, vendo a ajuda e o progresso que todos os homens ganharam em todas as épocas com os que viam mais claramente, sentiam mais fortemente e procuravam a verdade com maior dedicação do que os seus irmãos mais fracos. Mas não há só um Profeta; e ao passo que o consentimento de muitos naquilo que, como homens, tinham meios genuínos de conhecer e conheciam, persistiu até ao fim e foi honrosamente integrado na grande estrutura do conhecimento humano, o testemunho divergente de alguns acerca daquilo que não conheciam nem podiam conhecer é um aviso permanente de que exagerar a autoridade profética é usá-la indevidamente e desonrar aqueles que apenas nos procuraram ajudar e fazer avançar com o seu poder. Dificilmente faz parte da natureza humana que um homem avalie com bastante precisão os limites da sua própria sagacidade; mas é o dever daqueles que beneficiam com o seu trabalho considerar cuidadosamente onde poderá ele ter sido levado a ultrapassar esses limites. Se temos mesmo de preservar os seus possíveis erros juntamente com as suas sólidas realizações e usar a sua autoridade como uma desculpa para acreditar naquilo que não pode ter sabido, fazemos da sua bondade uma ocasião para pecar.

Para considerar apenas um de tais testemunhos: os seguidores do Buda têm pelo menos o mesmo direito de apelar à experiência individual e social em defesa da autoridade do salvador do Oriente. Consta que a marca distintiva da sua religião, na qual nunca foi ultrapassada, é o conforto e consolo que dá aos doentes e infelizes, a compaixão afectuosa com que suaviza e alivia todas as dores naturais dos homens. Seguramente que nenhum triunfo de moralidade social pode ser maior ou mais nobre do que aquele que tem evitado que quase metade do género humano se dedique a perseguições em nome da religião. A confiarmos nos relatos dos seus primeiros seguidores, Buda acreditava que viera à Terra com a missão divina e cósmica de pôr em movimento a roda da lei. Sendo príncipe, despojou-se do seu reino e, de livre vontade, conheceu a miséria, para aprender a lidar com ela e a subjugarla. Poderia tal homem falar falsamente acerca de coisas solenes? E no que diz respeito ao seu conhecimento, não era ele um homem milagroso com poderes sobre-humanos? Nasceu de uma mulher sem a ajuda de um homem; levitou e transfigurou-se à frente dos seus familiares; por fim ascendeu em forma corpórea aos céus a partir do topo do Pico de Adão.\* Não haverá que acreditar na sua palavra quando testemunha acerca de coisas celestiais?

[Nota] \* O monte Sri Pada, no Sri Lanka (antigo Ceilão). Local de importância religiosa para diversas tradições. (*N. do T.*)

Se apenas ele, e nenhum outro, fizesse tais afirmações! Mas há Maomé com o seu testemunho; não temos escolha senão escutar ambos. O Profeta diz-nos que há um Deus e que viveremos na alegria ou na infelicidade eternas, consoante acreditamos ou não no Profeta. O Buda afirma que não há qualquer Deus e que seremos completamente aniquilados se formos suficientemente bons. Não podem ambos ser objecto de uma inspiração infalível; um ou outro teve de ter sido vítima de uma delusão, pensando saber o que na realidade não sabia. Quem se atreverá a afirmar qual dos dois? E como poderemos ter justificação para acreditar que o outro não estava também deludido?

Chegamos assim aos juízos que se seguem. A bondade e a grandeza de um homem não nos dão justificação para aceitar uma crença com base na sua autoridade, a menos que haja uma base razoável para supor que conhece a verdade daquilo que afirma. E não pode haver bases para supor que um homem sabe aquilo que não se pode supor que nós, sem deixarmos de ser homens, podemos verificar.

Se a mim, que não sou químico, um químico afirmar que se pode obter uma determinada substância combinando outras substâncias em certas proporções e sujeitando-as a um processo conhecido, tenho toda a justificação para acreditar nisto com base na sua autoridade, a menos que tenha conhecimento de algo desfavorável a respeito do seu carácter ou discernimento. Pois o seu treino profissional é tal que tende a encorajar a veracidade e a procura honesta da verdade, e a produzir um desprezo por conclusões precipitadas e pelo desleixo investigativo. Tenho uma base razoável para supor que ele conhece a verdade daquilo que afirma, pois embora eu não seja um químico, podem-me fazer compreender o suficiente acerca dos métodos e processos da ciência de maneira a que me seja possível, sem deixar de

ser um homem, verificar a afirmação. Posso nunca a verificar efectivamente, ou mesmo ver qualquer experiência tendente a verificá-la; mas ainda assim tenho razão suficiente para justificar a minha crença de que a verificação está ao alcance dos instrumentos e capacidades humanas, e em particular que foi efectivamente realizada pelo meu informante. O resultado, a crença a que foi conduzido pelas suas investigações, é válida não só para ele mas também para os outros; é observada e testada pelos que trabalham no mesmo campo, e estes sabem que não se pode prestar maior serviço à ciência do que depurar os resultados aceites dos erros que neles se podem ter introduzido. É desta maneira que o resultado se torna património comum, um objecto apropriado de crença, a qual é uma preocupação social e um assunto de interesse público. Assim, há que observar que a autoridade do químico é válida porque há quem a questione e verifique; é precisamente este processo de exame e depuração que mantém vivo entre os investigadores o amor àquilo que suportará todos os testes possíveis, o sentido de responsabilidade pública por parte daqueles cujo trabalho, se for bem feito, persistirá como a herança duradoura da humanidade.

Mas se o meu químico me diz que um átomo de oxigénio existiu desde sempre, inalterado em peso e taxa de vibração, não tenho o direito de acreditar nisto com base na sua autoridade, pois trata-se de algo que ele não pode conhecer sem deixar de ser um homem. Pode muito honestamente acreditar que esta afirmação é uma inferência legítima a partir das suas experiências, mas nesse caso o seu juízo está em falta. Uma reflexão muito simples acerca do carácter das experiências mostrar-lhe-ia que estas nunca podem conduzir a resultados desse tipo; que, sendo elas mesmas meramente aproximadas e limitadas, não nos podem dar conhecimento exacto e universal. Nenhuma eminência de carácter e génio pode dar a um homem a autoridade suficiente para justificar que acreditemos nele quando faz afirmações que implicam conhecimento exacto ou universal.

Uma vez mais, um explorador do ártico pode relatar-nos que, numa dada latitude e longitude, teve experiência de um certo grau de frio, que o mar tinha uma certa profundidade e que o gelo tinha um certo carácter. Teríamos toda a razão em acreditar nele, na ausência de algo que comprometa a sua veracidade. É concebível podermos, sem deixarmos de ser homens, ir ao local e verificar a sua afirmação; pode ser testada pelo testemunho dos seus companheiros e há uma base adequada para supor que conhece a verdade daquilo que afirma. Mas se um velho baleeiro nos diz que o gelo tem 90 metros de espessura até ao pólo, não teremos justificação para acreditar nele. Pois embora a afirmação seja susceptível de ser verificada pelo homem, seguramente que não é susceptível de ser verificada por *ele*, com quaisquer meios e instrumentos de que dispusesse; e deve ter-se persuadido da verdade daquilo que afirma por meios que não dão crédito algum ao seu testemunho. Ainda que, portanto, o conteúdo do que se afirma esteja ao alcance do conhecimento humano, não temos o direito de o aceitar com base na autoridade a menos que esteja ao alcance do conhecimento do nosso informante.

O que diremos daquela que é a autoridade mais venerável e augusta do que qualquer testemunho individual, a tradição, consagrada pelo tempo, do género humano? Uma atmosfera de crença e concepções que se formou pelos esforços e lutas dos nossos antepassados,

que nos permite respirar rodeados pelas diversas e complexas circunstâncias da nossa vida. Está à nossa volta, perto de nós, e dentro de nós; não podemos pensar senão nas formas e processos de pensamento que nos proporciona. Será possível duvidar dela e testá-la? E se for, será correcto fazê-lo?

Veremos razões para responder que não só é possível e correcto, como também é o nosso dever incontornável; que o principal objectivo da própria tradição é dar-nos os meios de colocar questões, de testar e investigar as coisas; que se lhe damos mau uso e a vemos como uma colecção de frases feitas a ser aceites sem investigação complementar, não só nos prejudicamos a nós próprios, como, ao recusar contribuir com a nossa parte para aumentar a estrutura que será herdada pelos nossos filhos, contribuimos para nos apartarmos a nós e ao nosso género da linhagem humana.

Tomemos em primeiro lugar o cuidado de distinguir um tipo de tradição que urge examinar e pôr em causa, por ser particularmente esquiva à investigação. Suponhamos que um curandeiro na África Central declara à sua tribo que na sua tenda se propiciará uma certa poção poderosa se matarem o gado da tribo, e que esta acredita nele. Não há maneira de verificar se a poção se propiciou ou não, mas o gado foi-se. Ainda assim pode-se manter na tribo a crença de que a propiciação se realizou desta maneira; e numa geração posterior será tanto mais fácil a outro curandeiro persuadi-los de um acto semelhante. Aqui a única razão para acreditar é que toda a gente acreditou durante tanto tempo na mesma coisa que deve ser verdade. E no entanto a crença foi fundada numa fraude e propagada pela credulidade. Sem dúvida que agirá correctamente e será amigo dos homens aquele que a questionar e vir que não há indícios a seu favor, que ajudar os seus vizinhos a ver como ele, e até, se for preciso, que entrar na tenda sagrada e destruir a poção.

A regra que nos devia orientar em tais casos é bastante simples e óbvia: que o testemunho conjunto dos nossos vizinhos está sujeito às mesmas condições que o testemunho de qualquer um deles em separado. Nomeadamente, não temos o direito de acreditar que algo é verdade porque toda a gente diz que é, a menos que haja boas razões para acreditar que pelo menos uma dessas pessoas tem os meios de conhecer a verdade, e que fala a verdade tanto quanto a conhece. Por muitas nações e gerações de homens que se traga ao banco das testemunhas, não podem testemunhar coisa alguma de que não tenham conhecimento. Todo aquele que tenha aceitado a afirmação de outrem, sem ele próprio a verificar, está excluído do tribunal; a sua palavra não vale, em rigor, coisa alguma. E quando finalmente regressamos à verdadeira origem da afirmação, temos de tirar duas questões do caminho, a respeito da primeira pessoa que fez a afirmação: estaria ela enganada ao pensar que *sabia* algo acerca deste assunto, ou estaria a mentir?

Esta última questão é infelizmente muitíssimo actual e prática, mesmo para nós, nesta época e neste país. Não é preciso ir a La Salette, ou à África Central, ou a Lourdes, para ter exemplos de superstição imoral e degradante. É muito bem possível que uma criança cresça em Londres rodeada de uma atmosfera de crenças unicamente apropriadas a selvagens, que nos nossos dias se fundaram na fraude e propagaram pela credulidade.

Pondo então de lado as tradições que passam sucessivamente de geração para geração sem serem testadas, consideremos aquilo que é verdadeiramente construído a partir da experiência comum da humanidade. Esta grandiosa estrutura serve-nos para orientar os nossos pensamentos e, por meio deles, as nossas acções, tanto no mundo moral como no material. No mundo moral, por exemplo, dá-nos as concepções da rectidão em geral, da justiça, da verdade, da beneficência, e coisas semelhantes. Estas apresentam-se como concepções, e não como afirmações ou proposições; respondem a certos instintos definidos que seguramente se encontram em nós, seja por que meio lá foram parar. Que é correcto ser beneficente é objecto da experiência pessoal imediata; pois quando um homem se recolhe ao seu íntimo e aí encontra algo mais vasto e mais duradouro do que a sua personalidade solitária, algo que afirma «Quero agir rectamente», bem como «Quero fazer bem ao homem», pode verificar por observação directa que um instinto se funda no outro e concorda inteiramente com ele. E o seu dever é verificar esta afirmação e outras semelhantes.

A tradição afirma também, num local e época específicos, que determinadas acções são justas, ou verdadeiras, ou beneficentes. Para todas essas regras se precisa de uma investigação complementar, pois são por vezes estabelecidas por uma autoridade que não o sentido moral fundado na experiência. Até recentemente, a tradição moral do nosso próprio país — e na verdade de toda a Europa — ensinava que era beneficente dar indiscriminadamente dinheiro aos pedintes. Mas o questionamento desta regra, e a investigação da mesma, levaram os homens a ver que a verdadeira beneficência é aquela que ajuda um homem a fazer o trabalho para o qual é mais apto e não aquilo que o mantém na inactividade e a encoraja; e que descurar esta distinção no presente equivale a preparar a indigência e a miséria no futuro. Por este exame e discussão não só a prática se depurou e tornou mais beneficente, como a própria concepção de beneficência se tornou mais lata e mais sábia. Agora a grande herança social consiste em duas partes; o instinto de beneficência, que, quando predomina, leva uma certa faceta da nossa natureza a desejar fazer bem aos homens; e a concepção intelectual da beneficência, que podemos comparar com qualquer conduta que se apresente e perguntar: «Será isto beneficente ou não?». Ao colocar tais perguntas e responder-lhes continuamente, a concepção cresce em fôlego e clareza e o instinto reforça-se e purifica-se. Parece portanto que a grande utilidade da concepção, a parte intelectual da herança, é permitir-nos fazer perguntas; através dessas perguntas, cresce e mantém-se recta; e se não a usamos para este fim perdê-la-emos completamente e ficaremos com um mero código prescritivo a que já não se pode chamar, de todo em todo, «moralidade».

Tais considerações aplicam-se de uma maneira ainda mais clara e óbvia, se tal é possível, à reserva de crenças e concepções que os nossos pais acumularam para nós a respeito do mundo material. Aprestamo-nos a rir do hábito do australiano que continua a amarrar o machado ao cabo, embora o serralheiro de Birmingham lhe tenha feito propositadamente um buraco para aí inserir o cabo. Os do seu povo amarram assim os machados há gerações: quem é ele para se opor à sua sabedoria? Desceu tanto que não consegue fazer aquilo que alguns deles tiveram de fazer no passado distante — pôr em causa um uso estabelecido e inventar ou aprender algo melhor. No entanto aqui, no amanhecer do conhecimento, onde a

ciência e a arte são uma só, encontramos apenas a mesma regra simples que se aplica às mais elevadas e às mais profundas ramificações daquela Árvore cósmica; aos seus mais imponentes ramos floridos bem como às mais profundas das suas raízes escondidas; a regra, nomeadamente, de que quem faz um uso apropriado daquilo que foi acumulado e que nos foi transmitido é quem age da mesma maneira que os criadores agiram, quando o acumularam; os que o usam para fazer mais perguntas, para examinar, para investigar; que procuram com honestidade e seriedade descobrir qual a maneira correcta de ver as coisas e de lidar com elas.

Uma pergunta apropriadamente colocada é já metade da resposta, afirmou Jacobi; podemos acrescentar que o método de a solucionar é a outra metade da resposta, e que o resultado efectivo para nada conta ao lado destas duas. Tomemos como exemplo o telégrafo, onde a teoria e a prática, ambas desenvolvidas discretamente ao longo dos anos, se unem para servir vantajosamente o homem. Ohm descobriu que a intensidade de uma corrente eléctrica é directamente proporcional à potência da bateria que a produz, e inversamente proporcional à extensão do fio condutor que tem de percorrer. A isto se chama «lei de Ohm»; mas o resultado, encarado como uma afirmação na qual acreditar, não é a parte valiosa do mesmo. A primeira metade é a pergunta «Que relação se verifica entre estas quantidades?» Assim formulada, a pergunta envolve já a concepção de intensidade da corrente e da potência da bateria, como quantidades a medir e comparar; sugere claramente que são estas as coisas com que se tem de lidar no estudo das correntes eléctricas. A segunda metade é o método de investigação: como medir estas quantidades, de que instrumentos se precisa para a experiência e como devem ser usados? Não se pede ao estudante, que começa a sua aprendizagem na electricidade, que acredite na lei de Ohm; fazem-no compreender a pergunta, colocam-no diante dos instrumentos e ensinam-no a verificá-la. Aprende a fazer coisas, e não a pensar que sabe coisas; a usar os instrumentos e a fazer perguntas, e não a aceitar uma afirmação tradicional. A pergunta que para ser apropriadamente colocada exigiu um génio é respondida por um principiante. Se a lei de Ohm subitamente se perdesse e fosse esquecida por todos os homens, mas preservando-se a pergunta e o método de solução, o resultado podia ser redescoberto numa hora. Mas o resultado por si só, se conhecido por um povo que não pudesse compreender o valor da questão ou os meios de a resolver, seria como um relógio nas mãos de um selvagem que não lhe soubesse dar corda ou um navio a vapor manobrado por maquinistas espanhóis.

A respeito, portanto, da sagrada tradição da humanidade, aprendemos que não consiste em proposições ou afirmações que se tem de aceitar e nas quais se tem de acreditar com base na autoridade da tradição, mas em perguntas apropriadamente colocadas, em concepções que nos permitem levantar perguntas complementares, e em métodos de lhes responder. O valor de todas estas coisas depende de serem testadas quotidianamente. O próprio carácter sagrado do precioso depósito impõe-nos o dever e a responsabilidade de o testar, de o depurar e alargar até ao máximo das nossas capacidades. Aquele que se serve dos resultados desta tradição para silenciar as próprias dúvidas, ou para impedir a investigação por parte dos outros, é culpado de um sacrilégio que os séculos jamais apagarão. Quando os traba-

lhos e as investigações de homens honestos e corajosos tiverem elevado a estrutura da verdade conhecida a uma glória que nós nesta geração nem podemos esperar nem imaginar, naquele templo puro e sagrado não terá ele parte nem quinhão, mas o seu nome e as suas obras serão lançados nas trevas do esquecimento para sempre.

### III. Os limites da inferência

A questão dos casos em que podemos acreditar naquilo que ultrapassa a nossa experiência é muito ampla e delicada, abarcando toda a extensão do método científico, e exigindo um aumento considerável da sua aplicação antes de lhe podermos dar alguma resposta que seja mais ou menos completa. Mas pode-se aqui aflorar e formular brevemente uma regra de extrema simplicidade e enorme importância prática, que se situa no limiar deste tema.

Um pouco de reflexão mostrar-nos-á que todas as crenças, até as mais simples e mais fundamentais, ultrapassam a nossa experiência quando são encaradas como guias para as nossas acções. Uma criança que se queimou teme o fogo, porque acredita que o fogo a queimará hoje tal como ontem; mas esta crença vai além da experiência e pressupõe que o desconhecido fogo de hoje é como o fogo de ontem. Mesmo a crença de que a criança se queimou ontem vai além da experiência *presente*, que contém apenas a memória de uma queimadura, e não a própria queimadura; pressupõe, portanto, que esta memória é fidedigna, embora saibamos que uma memória pode amiúde estar incorrecta. Mas se há que a usar como guia para a acção, como uma pista daquilo que será o futuro, tem de pressupor algo acerca desse futuro, nomeadamente, que será consistente com a suposição de que a queimadura realmente ocorreu ontem; o que é ir além da experiência. Mesmo o fundamental «Eu sou», de que não se pode duvidar, não é um guia para a acção até se tornar «Eu serei», que vai além da experiência. A questão não é, portanto, «Podemos acreditar no que ultrapassa a experiência?» pois isto está envolvido na própria natureza da crença; mas «Até que ponto e de que maneira podemos alargar a nossa experiência ao formar as nossas crenças?»

E o exemplo que considerámos — uma criança que se queimou teme o fogo — sugere uma resposta extremamente simples e universal. Podemos ir além da experiência pressupondo que aquilo que não sabemos é como aquilo que sabemos; ou, por outras palavras, podemos alargar a nossa experiência pressupondo a uniformidade da natureza. O que esta uniformidade é exactamente, como adquirimos maior conhecimento dela de geração para geração, são questões que de momento deixamos de lado, contentando-nos em examinar dois exemplos que poderão servir para tornar mais clara a natureza da regra.

A partir de certas observações feitas ao espectroscópio, inferimos a existência de hidrogénio no Sol. Olhando para o espectroscópio quando o Sol incide na sua abertura, vemos determinadas linhas luminosas: e experiências realizadas com corpos na Terra ensinaram-nos que quando se vê estas linhas luminosas a fonte delas é o hidrogénio. Pressupomos, portanto, que as linhas luminosas desconhecidas no Sol são como as linhas luminosas conhecidas do laboratório, e que o hidrogénio no Sol se comporta como o hidrogénio se comportaria na Terra em circunstâncias semelhantes.

Mas não estamos a confiar demasiado no nosso espectroscópio? Seguramente que tendo-o considerado fidedigno para substâncias terrestres, onde as suas afirmações podem ser verificadas pelo homem, temos justificação para aceitar o seu testemunho noutros casos semelhantes; mas não quando nos dá informação acerca de coisas que estão no Sol, onde o seu testemunho não pode ser directamente verificado pelo homem, certo?

Queremos sem dúvida saber um pouco mais antes de se poder justificar esta inferência; e felizmente sabemos-lo. O espectroscópio testemunha exactamente a mesma coisa nos dois casos; nomeadamente, que através dele passam vibrações de luz de uma certa proporção. A sua construção é tal que se estivesse errado acerca disto num caso, estaria errado no outro. Quando começamos a examinar o assunto, descobrimos que pressupomos realmente que a matéria do Sol é como a matéria da Terra, composta por um certo número de substâncias distintas; e que cada uma destas, quando muito quente, tem uma taxa de vibração distinta, pela qual se pode reconhecer e isolar do resto. Mas este é o tipo de pressuposto que temos justificação para usar quando alargamos a nossa experiência. É um pressuposto de uniformidade na natureza, e só se pode verificar por comparação com muitos pressupostos semelhantes que temos de fazer noutros casos semelhantes.

Mas será verdadeira a crença na existência de hidrogénio no Sol? Poderá ajudar na orientação correcta da acção humana?

Certamente que não, se as bases para a aceitar forem indignas e desprovidas de qualquer compreensão do processo pelo qual se obtém essa crença. Mas quando se compreende este processo como a base para a crença, torna-se uma questão bastante séria e prática. Pois se não há hidrogénio no Sol, o espectroscópio — o que é o mesmo que dizer, a medida das taxas de vibração — terá de ser um guia inexacto no reconhecimento de substâncias diferentes; e consequentemente não se devia usá-lo na análise química — nos ensaios químicos, por exemplo — para maior economia de tempo, dificuldades e dinheiro. Ao passo que a aceitação do método espectroscópico como fidedigno não só nos enriqueceu com novos metais, o que é óptimo, mas também com novos processos de investigação, o que é ainda melhor.

Para outro exemplo, consideremos o modo como inferimos a verdade de um acontecimento histórico — por exemplo, o cerco de Siracusa durante a guerra do Peloponeso. A nossa experiência é a de que existem manuscritos dos quais se afirma serem e que se referem a si próprios como os manuscritos da história da Tucídides; que noutros manuscritos, atribuídos a historiadores subsequentes, se afirma que viveu durante o período em que se deu a guerra; e que livros que supostamente datam do renascer do saber nos dizem como estes manuscritos foram preservados e onde foram adquiridos. Depreendemos também que em geral os homens não forjam livros e histórias sem um motivo especial; pressupomos que neste aspecto os homens do passado eram como os homens do presente; e observamos que neste caso não se apresentava qualquer motivo especial. Isto é, alargamos a nossa experiência no pressuposto de uma uniformidade nos caracteres do homem. Porque o nosso conhecimento desta uniformidade é muitíssimo menos completo e exacto do que o nosso conhecimento daquilo que se verifica na física, as inferências do tipo histórico são mais instáveis e menos exactas do que as inferências em muitas outras ciências.

Mas se há alguma razão especial para suspeitar do carácter das pessoas que escreveram ou transmitiram certos livros, o caso muda de figura. Se um grupo de documentos apresenta indícios internos de que terem sido produzidos entre pessoas que forjavam livros em nome de outras, e que, ao descrever os acontecimentos, suprimiam as coisas que não lhes convinham, enquanto engrandeciam o que lhes convinha; que não só cometeram estes crimes, como se regozijaram neles como provas de humildade e de zelo; temos então de afirmar que não se pode basear em tais documentos qualquer inferência histórica genuína, mas apenas conjecturas insatisfatórias.

Podemos, então, alargar a nossa experiência no pressuposto de uma uniformidade na natureza; podemos preencher a nossa imagem daquilo que é e daquilo que foi, à medida que a experiência no-lo dá de tal maneira a tornar o todo consistente com esta uniformidade. E a inferência praticamente demonstrativa — o que nos dá o direito de acreditar no seu resultado — é uma amostra clara de que só pela verdade deste resultado se pode salvaguardar a uniformidade da natureza.

Nenhum indício, portanto, pode dar-nos justificação para acreditar na verdade de uma afirmação que seja contrária ou exterior à uniformidade da natureza. Se a nossa experiência é tal que não a podemos preencher consistentemente com uniformidade, tudo o que temos direito a concluir é que ocorreu um erro algures; mas a possibilidade da inferência é afastada; temos de nos apoiar na nossa experiência, e não ir além dela de maneira alguma. Se de facto ocorresse um acontecimento que não fizesse parte da uniformidade da natureza, teria duas propriedades: nenhum indício poderia dar fosse a quem fosse o direito de acreditar nele excepto àqueles que efectivamente tiveram a experiência; e nenhuma inferência digna de crédito se podia fundar nela, de todo em todo.

Teremos então forçosamente de acreditar que a natureza é absoluta e universalmente uniforme? Certamente que não, não temos direito de acreditar em seja o que for deste género. A regra apenas nos diz que ao formar crenças que vão além da experiência temos de pressupor que a natureza é, para efeitos práticos, uniforme, no que nos diz respeito. No âmbito da acção e verificação humanas, podemos formar, com a ajuda deste pressuposto, as crenças propriamente ditas; para lá dele, só podemos formar aquelas hipóteses que servem para a colocação mais precisa das perguntas.

Resumindo:

Podemos acreditar no que ultrapassa a nossa experiência apenas quando o inferimos a partir dessa experiência pelo pressuposto de que aquilo que não conhecemos é como aquilo que conhecemos.

Podemos acreditar na afirmação de outra pessoa, quando há uma base razoável para supor que ela conhece o assunto de que fala, e que fala a verdade tanto quanto a sabe.

É incorrecto em todas as circunstâncias acreditar com base em indícios insuficientes; e onde duvidar e investigar é uma presunção, acreditar é aí pior do que uma presunção.